



UNIÃO das
FREGUESIAS de
SETÚBAL

J. S.
M. S.
23/04/2019
K. P.

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS

DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e f) do nº 1 do artigoº 9, conjugado com a alínea h) do nº 1 do artigoº 16 do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), e tendo em vista o estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei nº 53-E/2006, de 29 dezembro), é aprovado o Regulamento e Tabelas de Taxas em Vigor na União de Freguesias de Setúbal (S. Julião, N.S. da Anunciada, S. Maria da Graça).

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Regulamento estabelece nos termos da lei as taxas e licenças, fixando os respetivos valores quantitativos a cobrar nesta Junta de Freguesia, para cumprimento de um serviço público local, nas atribuições que dizem respeito aos interesses próprios comuns específicos da Freguesia.

Artigo 2º

Incidência objetiva

As taxas da Freguesia incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, ou geradas pela atividade da Freguesia:

- a) Pela concessão de licenças, emissão de atestados, certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias e outros documentos;
- b) Licenciamento de venda ambulante de lotarias;
- c) Licenciamento de arrumador de automóveis;
- d) Licenciamento de atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes;
- e) Licenciamento e registo de caniços e gatiços;
- f) Utilização de locais reservados a mercados e feiras;
- g) Outros serviços prestados à comunidade.

18

Artigo 3º

Incidência subjetiva

- 1 – O sujeito ativo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir o pagamento das taxas e licenças é a Junta de Freguesia.
- 2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas no cumprimento da prestação tributária.
- 3 – Estão sujeitas ao recebimento de taxas o estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do Estado, das Regiões Autónomas, as Autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

Artigo 4º

Isenções

- 1 – Atendendo à sua componente social, os atestados serão isentos de taxa quando se destinam:
 - a) Fins Militares;
 - b) Pensão Social;
 - c) Situação económica, e todos aqueles abrangidos com isenção prevista em outros diplomas.
- 2 – O pagamento de taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros ou pessoas coletivas sem fins lucrativos.
- 3- A Assembleia de Freguesia delega na Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada, a competência da concessão de isenções totais ou parciais relativamente às taxas.

CAPÍTULO II TAXAS

Artigo 5º

Serviços Administrativos

- 1 – As taxas de atestado e termos de justificação administrativa constam no anexo I e têm como base o cálculo do tempo médio de execução dos mesmos (atendimento,

[Handwritten signature]

registo, produção) e parte dos custos gerais da freguesia inerente à prestação do respetivo serviço.

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TSA = Tme \times vh + Cg/Ne$$

TSA – Taxa a ser cobrada em euros;

Tme – tempo médio de execução, em horas;

Vh – valor hora do funcionário, tendo em consideração a tabela remuneratória única;

Cg – Custos gerais a suportar pelo serviço, em euros;

Ne – Número de eleitores da freguesia.

3 – Os custos gerais a suportar pelo serviço são a soma das despesas anuais previstas no orçamento da Junta, para o ano em referência, respeitantes às seguintes rubricas:

a) 02 01 08 Material de escritório;

b) 02 02 01 01..... Eletricidade da Sede e dos polos.

4 - Os tempos médios de execução são afixados em meia hora para todos os documentos;

5- As taxas de certificação de fotocópias constam do anexo I e têm por base o estipulado no regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notariados;

6 - Aos valores indicados no nº 2, acresce uma taxa de urgência de mais 30%;

7 - Os valores constantes do nº 3 são atualizados anual e automaticamente, tendo em atenção a taxa de inflação.

Artigo 6º

Mercados e Feiras

1 – As taxas a aplicar pela ocupação de espaços em mercados e feiras, constam do anexo IV e são definidas em função do custo de manutenção de mercado, número de bancas e custos amortizações da renovação do mercado.

Cálculo do Valor Mensal da Banca

$$TBM = \frac{CMM \times AMO}{N}$$

N

Onde:

TBM = Taxa de Banca de Mercado

CMM = Custo de Manutenção do Mercado

f 3.

N = Número de Bancas de Mercados

AMO = Custos Amortizados da Renovação do Mercado

2 – No mercado de menor dimensão a taxa será reduzida em 15%.

3 – Nas bancas duplas a taxa sofrerá um agravamento de 35%.

4 – As bancas de venda de produtos de cafetaria, congelados, charcutaria e flores, sofrerão um agravamento de 60 %.

5 - As taxas de estabelecimentos nos mercados, são definidas em função da taxa de bancas de mercados, da área e tempo médio de abertura ao público, de acordo com as seguintes fórmulas:

Cálculo do Valor Mensal do Estabelecimento

$$TEM = TBM + (A \times TA)$$

Onde:

TEM = Taxa de estabelecimento de mercado;

TBM = Taxa de banca de mercado;

A = Área do Estabelecimento em metros quadrados;

TA = Taxa, para os estabelecimentos, por metro quadrado.

Artigo 7º

Outros Licenciamentos

1 - Ao abrigo da lei 75/2013 de 12 de setembro no ponto nº 3 do artigo 16º compete ainda à Junta de Freguesia o licenciamento das seguintes actividades:

- a) Venda ambulante de lotarias;
- b) Arrumador de Automóveis;
- c) Atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.

2 – Na falta de regulamentação da supracitada Lei que permite a sua correta aplicação, remetemos o taxamento destas matérias assim que a Lei o permita.

Artigo 7º A

Licenciamento da Atividade de Vendedor Ambulante de Lotarias

1 – O exercício da atividade de vendedor ambulante de lotarias carece de licenciamento pela Junta de Freguesia.

15.

2 – O pedido de licenciamento é dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia através de requerimento próprio, do qual deve constar a identificação completa do interessado, morada, estado civil, número de identificação fiscal e será acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Cartão de Cidadão;
- b) Certificado de Regista Criminal;
- c) Fotocópia da Declaração do Início de Atividade ou IRS;

3 – A Junta de Freguesia delibera sobre o pedido de licenciamento no prazo máximo de 20 dias úteis, contados da receção do pedido.

4 – A licença é válida até 31 de dezembro do ano respetivo e a sua renovação deverá ser feita durante o mês de janeiro.

5 – A renovação da licença é averbada no registo respetivo.

6 – A Junta de Freguesia elaborará um registo dos vendedores ambulantes de lotarias que se encontram autorizados a exercer a sua atividade.

Artigo 7º B

Licenciamento do Exercício da Atividade de Arrumador de Automóveis

1 – O exercício da atividade de arrumador de automóveis carece de licenciamento pela Junta de Freguesia e a ela só têm acesso os maiores de 18 anos.

2 – O pedido de licenciamento é dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia através de requerimento próprio, do qual deve constar a identificação completa do interessado, morada, estado civil, número de identificação fiscal e será acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do Cartão de Cidadão;
- b) Certificado de Regista Criminal;
- c) Fotocópia da Declaração do Início de Atividade ou IRS;

3 – Do requerimento deverá ainda constar a zona ou zonas para que é solicitada a licença.

4 – A Junta de Freguesia delibera sobre o pedido de licenciamento no prazo máximo de 20 dias úteis, contados da receção do pedido.

5 – A licença é válida até 31 de dezembro do ano respetivo e a sua renovação deverá ser feita durante o mês de janeiro.

6 – A renovação da licença é averbada no registo respetivo.

7 – O arrumador é obrigado a efetuar e a manter em vigor seguro de responsabilidade civil limitado a € 10.000 que garanta o pagamento de possíveis indemnizações por danos causados a terceiros no exercício da sua atividade.

8 – A Junta de Freguesia elaborará um registo de arrumadores de automóveis que se encontram autorizados a exercer a sua atividade.

Artigo 7º C

Licenciamento de Atividades Ruidosas de caráter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes

1 – A realização de arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos, carece de licenciamento pela Junta de Freguesia.

2 – O pedido de licenciamento é dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia, com 15 dias úteis de antecedência, através de requerimento próprio, do qual deve constar a identificação completa do interessado, morada, estado civil, número de identificação fiscal, atividade que se pretende realizar, local do exercício da atividade, dias e horas em que a atividade ocorrerá e será acompanhado dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do Cartão de Cidadão;

b) Quaisquer outros necessários ao cabal esclarecimento da pretensão.

3 - A Junta de Freguesia delibera sobre o pedido de licenciamento no prazo máximo de 8 dias úteis, contados da receção do pedido.

Artigo 8º

Licenciamento e Registo de Canídeos e Gatídeos

1 - A taxa devida pelo registo e pelo licenciamento de canídeos e gatídeos é aprovada pela Assembleia de Freguesia e cobrada pela respectiva Junta de Freguesia, devendo ter por referência o valor da taxa N de profilaxia médica para esse ano, não podendo em regra exceder o triplo daquele valor e variando de acordo com a categoria do animal (Portaria nº 421/2004 de 24 de abril), assim como consta no anexo II.

2 - A fórmula de cálculo é a seguinte:

d) Registo, Cancelamento e transferência – 50% da taxa N de profilaxia médica;

- e) Licenças classe A e B: 100% da Taxa N de profilaxia médica;
- f) Licenças classe G: o triplo da taxa N de profilaxia médica;
- g) Licenças classe H: o triplo da taxa N de profilaxia médica;
- h) Licenças de classe E: o dobro da taxa n de profilaxia médica.
- i) Licenciamento de gatídeos: 100% da Taxa N de profilaxia médica.

3 – Os canídeos classificados na categoria C (Cão para fins militares, policiais, e de Segurança pública), categoria D (Cão para investigação Científica), categoria F (Cão Guia) estão isentos de qualquer taxa.

4 – O valor da taxa N de profilaxia médica é atualizado, anualmente por Despacho Conjunto.

Artigo 9º

Utilização de Instalações

1 – As taxas pagas pela utilização das Instalações da Freguesia, previstas no anexo III, têm como base de cálculo os custos totais necessários para a manutenção do serviço, o número de habitantes da Freguesia e o valor hora do funcionário afeto ao mesmo, expressando-se da seguinte fórmula:

a) A fórmula do cálculo da taxa das instalações tem as seguintes variáveis:

$$TUI = VH + Cg / Nh$$

Onde:

TUI - Taxa de utilização das instalações;

VH - Valor hora do funcionário, tendo em consideração a tabela remuneratória única;

Cg – Custos totais para a manutenção do serviço;

Nh – Número de habitantes da freguesia.

b) Os custos totais para a manutenção do serviço são retirados da proposta para orçamento anual

relativos às seguintes rubricas:

- i. 02 01 04 01 – Limpeza da sede e dos polos;
- ii. 02 02 01 01 - Eletricidade da sede e dos polos.

2 – A taxa calculada nos termos do número anterior será aplicada sempre que os utentes das instalações sejam colectividades não federadas sedeadas na Freguesia ou outras Instituições S/ Fins Lucrativos ou Grupos de Cidadãos sedeados na Freguesia.

3 – A mesma taxa será objecto de:

- a) um agravamento de 25% sempre que se tratar de uma coletividade não sediada na Freguesia;
- b) um agravamento de 100% sempre que se tratar de uma empresa sediada na Freguesia;
- c) um agravamento de 150% sempre que se tratar de uma empresa não sediada na Freguesia.

4 – Caso a utilização das instalações se faça em horário que não dispense a ativação de iluminação artificial, o que adiante se designará por período noturno, as taxas calculadas nos termos dos números 1 e 4 serão objeto de um acréscimo de 50% sobre o respetivo valor.

5 – Os valores das taxas devidas pela utilização das instalações e calculadas nos termos dos números anteriores serão atualizadas anual e automaticamente de acordo com o valor da taxa de inflação.

6 – Poderá ser isento de taxa de cobrança a cedência de Instalações, quando se trate de ações de reconhecido valor para a Freguesia, independentemente da entidade que os leve a cabo.

Artigo 10º

Atualização de valores

A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a atualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económica – financeira subjacente ao novo valor.

CAPÍTULO III LIQUIDAÇÃO

Artigo 11º

Pagamento

- 1- A relação Jurídico-tributária extingue-se através de pagamento de taxa.
- 2- As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou cheque, ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.

- 3- Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efetuado antes ou no momento da prática de execução do ato ou serviços a que respeitem.
- 4- O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.

Artigo 12º

Pagamento em prestações

- 1- Compete à Junta de Freguesia autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.
- 2- Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
- 3- No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.
- 4- O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.
- 5- A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

Artigo 13º

Incumprimento

- 1 – São devidos Juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento de taxas das autarquias locais.
- 2- A taxa legal (Decreto-Lei nº 73/99 de 16 de março) de Juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês de calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fração se o pagamento se fizer posteriormente.

3 – O não pagamento voluntário das dívidas é objeto de cobrança através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento Tributário.

CAPÍTULO IV **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 14º **Garantias**

- 1 – Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
- 2 – A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 3 – A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4 – Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área da Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5 – A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no nº2.

Artigo 15º **Legislação Subsidiária**

Em tudo quanto não estiver, expressamente, previsto neste regulamento são aplicáveis sucessivamente:

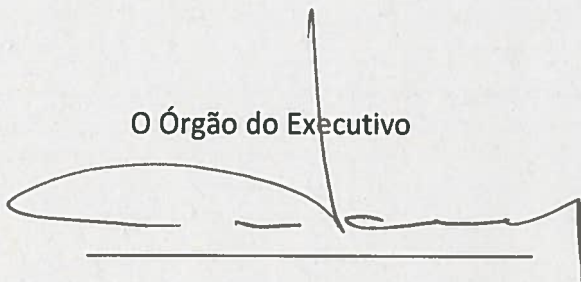
- a) Lei nº 53-E/2006 de 29 de dezembro;
- b) A Lei das Finanças Locais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) A Lei das Autarquias Locais;
- e) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código do Procedimento e de Processo Tributário;
- g) O Código do Processo Administrativo e nos Tribunais Administrativos;
- h) O Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 16º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação em edital a afixar no edifício da Junta de Freguesia.

O Órgão do Executivo



A handwritten signature in black ink, consisting of a large loop followed by a horizontal line and a vertical stroke, positioned above a horizontal line.

O Órgão Deliberativo

Felício António Vieira Lourenço e/ou

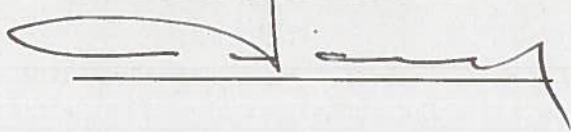
REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇA**Anexo I****TABELA DE TAXAS - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

(Nível 11 da Tabela Remuneratória única – 7,11 €/hora)

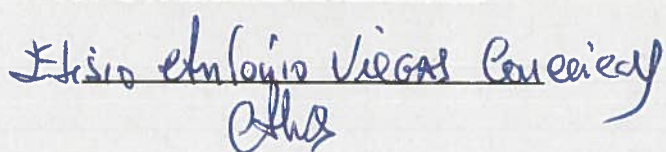
DESCRIÇÃO // DIVERSOS ATESTADOS	Simple (€)	Urgente+30% (€)
<i>Casamento</i>	4,00	5,25
<i>Situação Económica</i>	<i>Isento</i>	<i>Isento</i>
<i>Alfandega – levantamento de contentores</i>	4,00	5,25
<i>Isenção de horário de trabalho</i>	4,00	5,25
<i>Transferências de fundos cambiais provenientes do estrangeiro</i>	4,00	5,25
<i>Transferência de mesada do estrangeiro</i>	4,00	5,25
<i>Requerimento de nacionalidade portuguesa</i>	4,00	5,25
<i>Fins Militares</i>	<i>Isento</i>	<i>Isento</i>
<i>Abono de família não contributivo</i>	4,00	5,25
<i>Fins escolares</i>	4,00	5,25
<i>Confirmação agregado familiar (impresso próprio)</i>	4,00	5,25
<i>Confirmação agregado familiar</i>	4,00	5,25
<i>Confirmação de prova de vida – nacional</i>	4,00	5,25
<i>Confirmação de prova de vida – (impresso próprio)</i>	4,00	5,25
<i>Confirmação de prova de vida – estrangeiro</i>	4,00	5,25
<i>Confirmação de residência</i>	4,00	5,25
<i>Redução de taxa telefónica</i>	4,00	5,25
<i>Obtenção de título de transporte</i>	4,00	5,25
<i>Pensão social</i>	<i>Isento</i>	<i>Isento</i>
CERTIFICAÇÕES DE FOTOCÓPIAS		
<i>Por cada conferência e extrato até quatro páginas (*)</i>	17,00	
<i>A partir da 5ª por cada página a mais</i>	2,50	
FOTOCÓPIAS		
<i>Fotocopias (preto e branco) simples A4</i>	0,15	
<i>Fotocopias (preto e branco) simples A3</i>	0,25	
<i>Frente e Verso A4</i>	0,25	
<i>Frente e Verso A3</i>	0,35	
<i>Fotocópias cores simples A4</i>	0,70	
<i>Fotocópias cores simples A3</i>	1,35	
<i>Frente e Verso A4</i>	1,40	
<i>Frente e Verso A3</i>	2,60	

(*) Valor retirado do DL – 54/2017, de 2 de Junho, Código do Notariado

O Presidente do Executivo



Pelo O Presidente da Assembleia

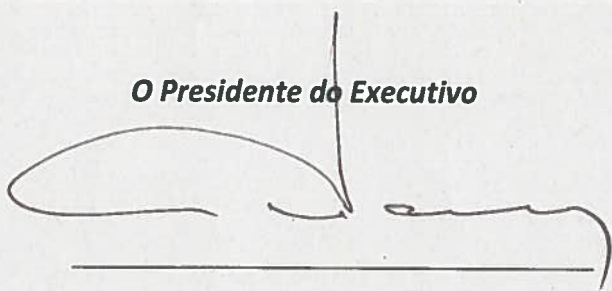


REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS
Anexo II
TABELA DE TAXAS/2019 – LICENÇAS CANÍDEOS E GATÍDEOS

DESCRIÇÃO	Simplex (€)
REGISTO	2,60
CANCELAMENTO	2,60
TRANSFERÊNCIA	2,60
LICENÇAS	
CATEGORIA – A (animais de companhia/guarda)	5,30
CATEGORIA – B (animais fins económicos)	5,30
CATEGORIA – C (cão para fins militares/policiais/segurança pública)	Isento
CATEGORIA – D (cão p/investigação científica)	Isento
CATEGORIA – E (cão de caça)	10,60
CATEGORIA – F (cão guia)	Isento
CATEGORIA – G (Cão potencialmente perigoso)	15,80
CATEGORIA – H (cão perigoso)	15,80
CATEGORIA – I (gatos)	5,30

O Presidente do Executivo

O Presidente da Assembleia



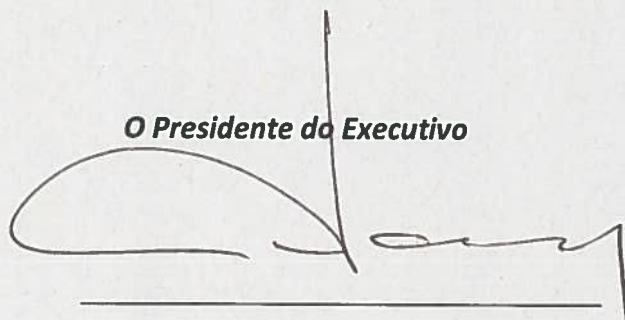
Flávio António Vieira Queiroz Alves

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS
Anexo III
TABELA DE TAXAS/2019 – ALUGUER DAS INSTALAÇÕES

ORGANIZAÇÕES DE UTENTES	HORÁRIOS	Valor/hora (€)
Coletividades sedeadas na Freguesia	Diurno	7,20
	Noturno	10,80
Coletividades não sedeadas na Freguesia	Diurno	9,00
	Noturno	13,50
Empresas sedeadas na Freguesia	Diurno	14,40
	Noturno	21,60
Empresas não sedeadas na Freguesia	Diurno	18,00
	Noturno	27,00

O Presidente do Executivo

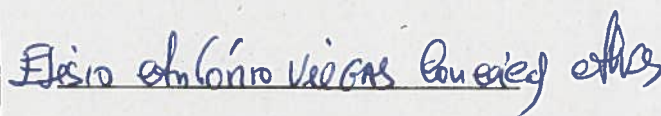
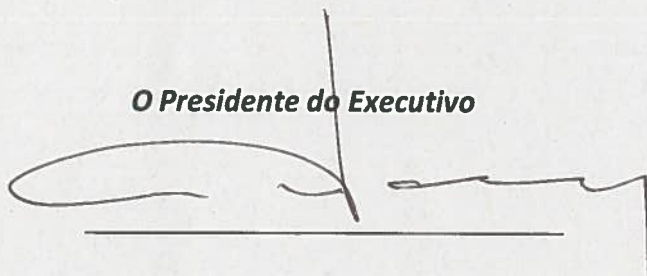
Pelo O Presidente da Assembleia



Elisio António Vieira Conceição Alves

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS**Anexo IV****TABELA DE TAXAS/2019 – MERCADOS E QUIOSQUES**

DESCRIÇÃO	Valor (€)
MERCADO DO RIO AZUL	
<i>Bancada de Peixe</i>	50,00
<i>Bancada de Hortícolas</i>	50,00
<i>Bancada de Diversos</i>	50,00
<i>Café</i>	80,00
MERCADO DA ANUNCIADA	
<i>Bancada de Peixe</i>	37,00
<i>Bancada de Hortícolas</i>	37,00
<i>Bancada Dupla de Hortícolas</i>	49,95
<i>Bancada de Diversos</i>	37,00
<i>Bancada Dupla de Diversos</i>	49,95
<i>Bancada de Flores</i>	59,00
<i>Padaria</i>	59,00
<i>Congelados</i>	59,00
<i>Charcutaria</i>	59,00
<i>Papelaria</i>	37,00
<i>Cabeleireiro</i>	155,00
<i>Café</i>	155,00
QUIOSQUES	50,00

O Presidente do Executivo**Pelo O Presidente da Assembleia**

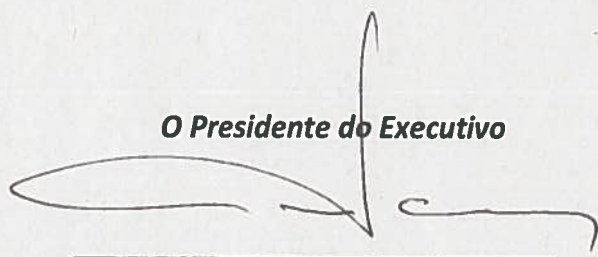
REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS**Anexo V**

TABELA DE TAXAS/2019 – Licenciamento de venda ambulante de lotarias, de arrumador de automóveis e de atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.

DESCRIÇÃO	VALOR (€)
Licenciamento de vendedor ambulante de lotarias	
Emissão de licença anual	18,00
Renovação anual de licença	12,00
Licenciamento de arrumador de automóveis	
Emissão de licença anual	18,00
Renovação anual de licença	12,00
Averbamento	6,00
Licenciamento de atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes	18,00

O Presidente do Executivo

Reb O Presidente da Assembleia



António Vitorino Guedes